



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 25/05/2020. Publicação: 26/05/2020. Edição nº 094/2020.

necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, por licitação dispensada, fundadas no regime especial de contratações, disciplinados pelo artigo 4º e seguintes, da Lei 13.979/2020, em observância ao dever de transparência, eficiência e moralidade administrativa, nos termos do artigo 37 da CF;

CONSIDERANDO que na contratação de bens, obras ou serviços pela Administração Pública, em regra, deve ser observado o princípio licitatório, conforme exigência da Constituição Federal (art. 37, XXI) e Lei 8.666/93, como medida de legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e moralidade;

CONSIDERANDO que a contratação sem observância do processo licitatório somente é admitida nas estritas hipóteses previstas em lei, as quais, pela sua excepcionalidade, são taxativas e devem ser interpretadas restritivamente;

CONSIDERANDO que o artigo 4º da Lei 13.979/2020 dispensa a licitação para a aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional, decorrente do Coronavírus – Covid-19 e estabelece, nos artigos 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória 926/2020, regras excepcionais para as contratações públicas destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar a regularidade das ações administrativas realizadas para o enfrentamento da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional, já reconhecida em âmbito federal e estadual, em especial as contratações diretas por dispensa de licitação, em obediência aos princípios da legalidade, isonomia, moralidade, eficiência e busca da proposta mais vantajosa para a Administração,

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO de acompanhamento da política pública de contratações emergenciais, com a finalidade de fiscalizar a legalidade das ações administrativas realizadas para o enfrentamento da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, já reconhecida em âmbito federal e estadual, em razão da pandemia pelo Coronavírus – Covid-19, em especial as contratações diretas efetivadas pelo Município de Paraibano/MA e determina, para tanto:

a) seja a presente PORTARIA autuada com o ato de nomeação do Sr. Cláudio Lopes Cavalcante para atuar como secretário do feito, lavrando-se o devido termo de compromisso; b) seja o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO registrado no Sistema do Ministério Público (SIMP); c) junte-se aos autos cópia do Decreto Municipal que declara situação de emergência em saúde pública no Município de Paraibano/MA, em razão da pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, caso editado; d) seja requisitado ao Prefeito do Município de Paraibano que encaminhe a este órgão ministerial, no prazo de 03 (três) dias, nos termos do artigo 8º, inciso IV e § 5º da LC 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União c/c artigo 80 da Lei 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, cópia do plano de contingência eventualmente já elaborado pelo Município, com a previsão das ações necessárias, de acordo com os níveis de resposta, para o enfrentamento da situação de Emergência de Saúde de Importância Nacional e Internacional já declarada; f) seja expedida RECOMENDAÇÃO ao Prefeito, Secretário de Saúde e Secretário de Administração de Paraibano/MA, sobre as compras de bens, serviços e insumos destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, conforme disciplinado no artigo 4º e seguintes da Lei 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926/2020. g) Providencie o servidor Cláudio Lopes Cavalcante na análise do sítio eletrônico do Município na rede mundial de computadores (internet), no intuito de averiguar se foi efetivada a política de transparência da administração pública, por meio da criação de uma aba específica no portal da transparência do Município, e se está sendo alimentada diariamente, apresentando de forma discriminada os valores orçamentários e a execução de despesas, como decretos e atos administrativos que autorizam realocação de recursos ou abrem créditos adicionais, contratos administrativos de prestação e fornecimento de bens e serviços, nota de empenho, liquidação e pagamento, descrição do bem e/ou serviço, o quantitativo, o valor unitário e total da aquisição, a data da compra e o nome do fornecedor, inclusive CNPJ, ou seja, todas as receitas e gastos públicos relacionados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente do COVID-19, como determina o artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei nº 13.979/2020. Caso constatado o descumprimento da determinação legal, expeça-se recomendação ao gestor municipal. Após o cumprimento das providências acima determinadas, voltem os autos conclusos para ulteriores providências. Publique-se. Cumpra-se. Paraibano/MA, 21 de maio de 2020.

\* Assinado eletronicamente  
GUSTAVO PEREIRA SILVA  
Promotor de Justiça  
Matrícula 1072728

Documento assinado. Paraibano, 21/05/2020 14:11 (GUSTAVO PEREIRA SILVA)

\* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-PJPBO, Número do Documento 22020 e Código de Validação AE3E4FD2BE.

## REC-PJPBO – 12020

Código de validação: A9C9A5FEA6

Referente ao Procedimento Administrativo nº 000146-059/2020



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 25/05/2020. Publicação: 26/05/2020. Edição nº 094/2020.

Ementa: Medidas preventivas e fiscalizatórias do para o Município, decorrente dos recursos utilizados no combate ao COVID-19. DA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAIBANO/MA. PARA: SR. PREFEITO MUNICIPAL DE PARAIBANO/MA, SR. JOSÉ HÉLIO PEREIRA DE SOUSA.

Senhor Prefeito,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pelo(a) Promotor(a) de Justiça signatário, no exercício das atribuições constitucionais e legais, com arrimo no art. 129, III, CR/88, no art. 6º, inciso XX e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, art. 25, incisos IV, alínea 'a', e VIII, e art. 26, caput e incisos, todos da Lei nº 8.625/93, art. 26, inciso V, alínea 'a', da Lei Complementar Estadual do Maranhão nº 013/91, na Resolução CNMP nº 164/2017, e

CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição Federal dispõe que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal sempre que for necessária a garantia do seu respeito pelos poderes municipais, nos termos do artigo 27, inciso I da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO, por fim, que compete ao Ministério Público expedir recomendações em visando à proteção de interesses difusos e coletivos, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC N.º 73/95, art. 6º, e Lei N.º 8.625/93, art. 80);

CONSIDERANDO que as recomendações podem ser expedidas no âmbito de inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que, em caso de em situações de violação às normas jurídicas por pessoas físicas ou jurídicas, incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem (artigo 25, IV, "b", Lei 8.625/93).

CONSIDERANDO que atos que gerem enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou que tão somente violem aos princípios da Administração Pública podem configurar atos de improbidade administrativa, sujeitando o responsável às sanções impostas pela Lei 8.429/92; CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do Novo Coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, bem como, em 11.3.2020, classificou a situação mundial como pandemia, prevendo as seguintes medidas de saúde pública para diminuição da transmissão de doenças infecciosas sem vacina ou tratamento farmacológico específico e enfatizando a sua adoção em relação à COVID-19[1]: proibição de grandes aglomerações; fechamento de escolas e outras medidas; restrições de transporte público e/ou de locais de trabalho e outras medidas; quarentena e/ou isolamento – as quais pressupõem a realização de despesas de várias monta e diversas naturezas, tanto para sua implementação e fiscalização, como para a tomada de outras medidas destinadas a fornecer insumos vitais à população em isolamento;

CONSIDERANDO que o Ministro de Estado da Saúde, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no âmbito da República Federativa do Brasil, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Estado do Maranhão, por meio do Decreto nº 35.672, de 19 de março de 2020 (e suas alterações), declarou estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Maranhão, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus);

CONSIDERANDO a necessidade de observância, pelos Municípios, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020 (e suas alterações), que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, declarada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 188 de 03/02/2020;

CONSIDERANDO que, uma vez declarada a situação de emergência/calamidade pública, necessária a elaboração, pelo Município, de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, por licitação dispensada, fundadas na Lei 13.979/2020 (e suas alterações) e no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, em observância aos deveres de transparência, eficiência e moralidade administrativa, nos termos do artigo 37 da CF;

CONSIDERANDO que a contratação de bens, obras ou serviços pela Administração Pública deve ser, em regra, precedida de licitação, conforme exigência da Constituição Federal (art. 37, XXI) e Lei nº 8.666/93, como medida de legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e moralidade;

CONSIDERANDO que a contratação sem realização de licitação somente é admitida nas estritas hipóteses previstas em lei, de modo que os casos de dispensa de licitação, previstos no artigo 24 da Lei nº 8.666/93, e mais especificamente na Lei nº 13.979/20 (e suas alterações) são, por sua natureza, excepcionais e taxativos;

CONSIDERANDO que, visando tão somente a atender ao interesse público ameaçado ou violado por situação excepcional, o artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, permite que a licitação se torne dispensável nos casos de emergência ou de calamidade pública, que se restringem tão somente à situação de urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

CONSIDERANDO que o mesmo inciso IV do artigo 24 exige que, nessa hipótese de dispensa, o objeto licitado se refira tão somente aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, ou seja, somente é cabível a dispensa



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 25/05/2020. Publicação: 26/05/2020. Edição nº 094/2020.

emergencial se o objeto da contratação for o meio adequado, eficiente e efetivo de afastar o risco iminente detectado (Acórdão 1987/2015 – Plenário, TCU);

CONSIDERANDO que o artigo 4º da Lei 13.979/2020 (e suas alterações) dispensa a licitação para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e nacional, decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO que a dispensa de licitação autorizada pelo artigo 4º da Lei 13.979/2020 é temporária e aplica-se apenas enquanto durar a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO que os contratos celebrados com dispensa licitatória fundada na Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional devem ter prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência (art. 4º-H, da Lei nº 13.979/20, com redação dada pela MP nº 926/20);

CONSIDERANDO que ainda que verificada situação verdadeira e legítima de emergência ou calamidade pública capaz de ensejar a contratação direta, mesmo na atual e excepcional conjuntura regradada pela novel Lei 13.979/2020 (e suas alterações), continua indispensável a instauração e completa instrução do devido Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, o qual deverá obrigatoriamente conter documentos que comprovem: caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa; razão da escolha do fornecedor ou executante; justificativa do preço e demais requisitos do art. 26, caput, da Lei 8.666/1993, com as inovações excepcionais e temporárias da mencionada Lei 13.979/2020 (e suas alterações) – em especial as medidas relativas à ampla publicidade oficial;

CONSIDERANDO que, no sentido no item anterior, a justificativa de preços e razões de escolha dos bens, insumos ou serviços, bem como do fornecedor, devem trazer necessariamente relação fática com as medidas emergenciais de enfrentamento à Pandemia do COVID-19 (novo Coronavírus) ;

CONSIDERANDO que, na mesma toada, a justificativa do preço deverá ser acompanhada, sempre que possível, da comprovação de que houve negociação visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93 como forma de garantir que a Administração atue com as necessárias celeridade e intensidade, mas conforme a Razoabilidade;

CONSIDERANDO ainda que, como regra geral para a dispensa de licitação é necessário que o gestor cumpra todos os demais requisitos da Lei nº 8.666/93, em especial, os cuidados com a publicidade (arts. 16 e 26, “caput” da Lei 8.666/93 e 4º, § 2º da Lei 13.979/2020 – divulgação imediata) e os casos em que é obrigatório o instrumento contratual (art. 62, “caput”, da Lei nº 8.666/93);

CONSIDERANDO que a falta de verificação de emergência ou calamidade pública e/ou vícios no processo instrutório do artigo 26, par. único, bem como a aquisição ou contratação de bens, insumos e serviços que não digam respeito aos esforços emergenciais de enfrentamento à Pandemia do COVID-19, podem configurar dispensa indevida de licitação, gerando a nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), bem como eventual responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor, seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

CONSIDERANDO, por fim, que o administrador tem o dever de autotutela para anular os atos e contratos administrativos evitados de vícios que os tornem ilegais (artigo 37, caput da CF/88 c/c Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal); e

RESOLVE

RECOMENDAR ao Senhor Prefeito do Município de Paraibano/MA, José Hélio Pereira de Sousa, e a Secretária de Saúde do Município de Paraibano, Srª Lucimar Sá da Silva, e o Secretário de Administração do Município de Paraibano/MA, Srª Célia Brasilino, cada um no âmbito de suas competências:

a) que observem, no âmbito municipal, as medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional decorrente do novo Coronavírus – COVID-19, estabelecidas pela Lei Federal nº 13.979/2020 (e suas alterações), com a edição dos atos administrativos necessários;

b) a elaboração, pelo Município, de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, fundadas no artigo 4º e seguintes da Lei nº 13.979/2020 (e suas alterações), e artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

c) que se abstenham de formalizar processos de dispensa licitatória e/ou celebrar e executar contratações diretas atestando como emergenciais ou de calamidade pública situações de emergência e/ou calamidade pública que não se enquadrem na Portaria nº 188/2020 do Ministro de Estado da Saúde, no Decreto nº 35.672, de 19 de março de 2020 (e suas alterações) do Estado do Maranhão e na Lei nº 13.979/2020 (e suas alterações);

d) que se abstenham de contratar diretamente (por dispensa de licitação), na situação de emergência/calamidade pública declarada, sem que sejam cumpridos os requisitos e obedecidas as formalidades previstas na Lei Federal nº 13.979/20 (e suas alterações), como requisitos e pressupostos formais e materiais, de existência e de validade, tal como descritos nos termos desta Recomendação e fundados no artigo 26, caput, e parágrafo único da Lei nº 8.666/93;

e) que se abstenham de celebrar contratações diretas (por dispensa de licitação), pautadas na emergência ou calamidade pública declarada, que não cumpram as condicionantes do art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 13.979/2020, quais sejam: i) que o objeto licitado se refira tão somente aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa; ii) que o contrato dure apenas o tempo necessário ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para que se realize a licitação ordinária relativa àquele objeto, se for o caso e (iii) que, em qualquer situação, seja respeitado o prazo máximo de seis meses a contar da situação emergencial ou calamitosa, fundamentadamente prorrogável (art. 4º-H da Lei nº 13.979/20);



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 25/05/2020. Publicação: 26/05/2020. Edição nº 094/2020.

f) sejam publicadas em sítio eletrônico específico todas as contratações ou aquisições realizadas com base na Lei nº 13.979/2020 (e suas alterações) e no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em razão da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, declarada na forma do Decreto federal nº 7.616/2011, conforme determina o artigo 4º, § 2º, da Lei nº 13.979/2020;

g) sejam declarados nulos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer processos de dispensa ou inexigibilidade licitatória, ou contratação direta, que estejam a descumprir os requisitos dispostos nesta Recomendação, na Lei nº 13.979/2020 (e suas alterações), no artigo 24, inciso IV, e no artigo 26, caput, e parágrafo único, ambos da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos do mesmo diploma;

h) que a contratação feita com base na Lei nº 13.979/20 seja usada somente pelo tempo necessário para fazer frente à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do Covid-19, de modo que é relativa a presunção de emergência e risco à segurança das pessoas, obras, prestação de serviço, equipamento e outros bens, públicos ou privados descrita no art. 4º-B, tornando-se relevante que o gestor público justifique a pertinência da contratação fundada na Lei nº 13.979/2020, evidenciando na justificativa da abertura do processo ou no próprio termo de referência que (art. 4º, § 1 e art. 4º-B): I. a causa é uma necessidade pública para combate e tratamento da pandemia; II. existe uma correlação lógica entre a causa e a consequência fático-jurídica a ser obtida pela contratação; III. é proporcional a medida, o tempo do contrato e objeto para atendimento do interesse público;

i) quanto ao termo de referência ou o projeto básico das contratações previstas na Lei nº 13.979/2020, que deve ser simplificado ante o conteúdo estatuído no Decreto Federal nº 10.024/2019 e na Lei nº 8.666/1993, respectivamente, deverá conter: (art. 4º-E, § 1º): I. declaração do objeto; II. fundamentação simplificada da contratação; III. descrição resumida da solução apresentada; IV. requisitos da contratação; V. critérios de medição e pagamento; VI. estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: a) Portal de Compras do Governo Federal; b) pesquisa publicada em mídia especializada; c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e VII. adequação orçamentária;

j) quando realizada a estimativa de preços de que trata o art. 4º-E, § 1º, VI, da Lei nº 13.979/20, será admitida, de forma excepcional e desde que devidamente justificada nos autos, a contratação por preço superior ao orçamento quando houver grandes oscilações ocasionadas pela variação de preços – algo comum em situações de escassez de produtos e serviços ante o desequilíbrio entre oferta e procura, como prevê o Art. 4º-E, § 3º, da Lei nº 13.979/2020;

l) tratando a Lei nº 13.979/20 de mecanismo de excepcional utilização, que vem a permitir contratações por preços superiores aos orçados, deve a Administração Pública atentar-se aos seus limites orçamentários e também coibir a prática de preços que, mesmo no cenário emergencial, mostrem-se excessivamente superfaturados, muito além do que a incomum oscilação de mercado comporta. Deflagra-se, diante deste cenário, a possibilidade de uso da requisição administrativa de bens e serviços (art. 3º, VII, Lei nº 13.979/20), desde que motivadamente, com justa e célere indenização posterior, observados os valores normalmente praticados pelo mercado;

m) nos casos de constatação de excessivo superfaturamento, quando da realização da estimativa de preços, independente da avaliação da pertinência da requisição administrativa, cumpre ao gestor público efetuar a devida comunicação ao Ministério Público, por intermédio do e-mail institucional caoproad@mpma.mp.br com vistas à responsabilização criminal das pessoas físicas envolvidas, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa das pessoas jurídicas, se for o caso, conforme previsão da Lei nº 12.846/2013.

No prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 8º, inciso IV, e § 5º, da LC nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União - c/c artigo 80 da Lei nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, deverão ser encaminhadas, por escrito, a este órgão ministerial, informações acerca das providências adotadas para o cumprimento da presente Recomendação, acompanhadas dos documentos necessários à sua comprovação.

Paraibano/MA, 21 de maio de 2020.

\* Assinado eletronicamente  
GUSTAVO PEREIRA SILVA  
Promotor de Justiça  
Matrícula 1072728

Documento assinado. Paraibano, 21/05/2020 14:12 (GUSTAVO PEREIRA SILVA)

\* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento REC-PJPBO, Número do Documento 12020 e Código de Validação A9C9A5FEA6.

PRESIDENTE DUTRA

PORTARIA-2ªPJPRD – 92020  
Código de validação: 2B6B7AF0B7  
Portaria n.º 09/2020-2ªPJPD.